



EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EM COMUNIDADES TRADICIONAIS – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES REMANESCENTES QUILOMBOLAS EDUCATION AND SUSTAINABILITY IN TRADITIONAL COMMUNITIES CONSIDERATIONS ON REMAINS

GIZELLE DOS SANTOS DIAS

EIXO: 3. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS

Resumo:

O presente trabalho é um recorte teórico do projeto de pesquisa realizado no Mestrado Profissional em Gestão Socioambiental e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré em São Mateus – ES. O escopo desta investigação é, de modo geral, analisar possíveis contribuições da educação voltada para a sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida, a partir das experiências de ONGs e associações no Remanescente de Quilombo Volta Miúda, no município de Nova Viçosa – Ba. Diante disso, foi feita uma revisão teórica embasada nos temas sobre Educação Ambiental, Sustentabilidade, Educação Quilombola e Remanescentes (enquanto comunidades tradicionais), objetivando arraigar o tema discutido e ponderar sobre a problemática encontrada na execução das leis direcionadas à educação escolar quilombola.

Palavras-chaves: Educação ambiental; Sustentabilidade; Educação Quilombola.

Abstract This work is a theoretical cut of the research project conducted at the Professional Masters in Social Management and Regional Development, Faculty Valley Cricaré in São Mateus - ES. The scope of this research is, in general, to analyze possible contributions of education geared towards sustainability and improved quality of life, from school, Non-governmental Organizations and associations in the Remnant Quilombo Volta Miúda in Nova Viçosa - Ba. Therefore, an informed theoretical revision on environmental education was made, Sustainability, Quilombola Education and Quilombo Remnants (while traditional communities), in order to root the discussed topic and ponder on the problems encountered in the execution of laws aimed at quilombola education.

Keywords: Environmental Education; Sustainability; Quilombola Education.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas muitas políticas públicas têm sido criadas no intuito de diagnosticar e valorizar as comunidades tradicionais, bem como o meio ambiente. De acordo com o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, os grupos quilombolas[i] são considerados comunidades tradicionais. Nessa perspectiva, investigar sobre o que rege a legislação e a implementação de uma educação voltada para a cultura quilombola e sustentabilidade é essencial, uma vez que, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, com base na Portaria CNE/CEB nº 5/2010, orienta para que esse tipo de educação tenha uma abordagem específica, considerando as particularidades étnico-culturais dessas comunidades e que essa ação pedagógica seja desenvolvida nas escolas registradas em suas terras e cultura.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares a Bahia é um dos estados que integra o maior número de remanescentes quilombolas localizadas, principalmente em áreas rurais. Segundo dados do Programa Brasil Quilombola atualmente existem, no Brasil, 3.125 comunidades certificadas. Das quinze regiões econômicas da Bahia, o Extremo Sul é uma das que se destaca em quantidade de remanescentes de quilombo.

Ainda, segundo a Fundação Palmares, o Território de Identidade do Extremo Sul[ii] da Bahia possui oito remanescentes quilombolas contemporâneos reconhecidos, entre eles, Volta Miúda, localizado no município de Nova Viçosa, e certificada desde 08/2008. Nesse contexto, a temática supracitada, atrelada ao desenvolvimento regional induz a questionar como, atualmente, a educação contribui para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades tradicionais remanescentes de quilombo no Extremo Sul da Bahia, que concerne a sustentabilidade, pois essa região é afetada por vários problemas ambientais relacionados à monocultura.

poluição hídrica, desmatamento, entre outros.

Na maioria das vezes, os problemas ligados à questão ambiental têm surgido porque a sociedade, em grande parte, é le a natureza somente como fonte de recursos, o que colabora para a ausência de ações estratégicas visando atenuar ambientais cada vez mais visíveis. Fica evidente que o grau de desconhecimento da população tem sido atenuado, à me particularizado a ideia de desenvolvimento sustentável coexistindo com uma qualidade de vida melhor e a preservação a Observa-se que essas comunidades estiveram, muitas vezes, à margem da sociedade, no que concerne ao processo embasado numa educação libertadora, para suprimir a opressão a elas imposta por séculos de escravidão e sequelas s culturais desta. Motivada pelas palavras de Paulo Freire acredita-se que através dessa educação o oprimido poss autonomia sendo capaz de construir sua própria história e conscientizar-se criticamente para exercer sua cid circunstâncias, de acordo com Lopes (2007), a história dos quilombos vai muito além da fuga e da resistência. Por iss investigar e conhecer sobre outras questões relativas aos remanescentes quilombolas, no que concerne à educação, c sustentável, saúde, território, etc. Diante dessa situação, almeja-se, através da dialética educação e sustentabilidade comunidades remanescentes de quilombo, investigar a relação de preservação ambiental proporcionada ou não pela edi diversas formas.

Não obstante, as investigações têm sido feitas e far-se-ão com base numa perspectiva de proteção e valorização ambien comunidade de Volta Miúda. Embasada nessas discussões, utilizei o método qualitativo para investigação e desenvolver em questão. Partindo de uma pesquisa empírica, foi feito o levantamento de informações naturais e humanas, visto q dos discursos é de fundamental importância para o êxito da referida pesquisa, pois compreendo que a análise das font diz respeito às comunidades tradicionais, é de grande riqueza informativa.

Além disso, tem sido feita seleção bibliográfica referente às questões de educação e sustentabilidade, comunidades remanescentes quilombolas, com enfoque descritivo-discursivo dos fatos a serem avaliados, por meio, ainda, de ané documentos, questionários, observações, entrevistas, entre outras. Nesse contexto, busquei suporte em alguns teóric Diegues, Freire, Moura, Philippi Jr. e Pelicioni, além de outras fontes e bases teóricas que versam sobre o tema. Além d de campo também tem sido utilizada como método de investigação, com base na coleta de dados e informações d comunidade, mediante a busca de informações naturais ou culturais, e também, documentais, visto que esses rer quilombos possuem um acervo cultural humano e artefatos culturais passados de uma geração para outra.

Consistindo em um estudo em andamento, as pesquisas continuam sendo realizadas, pois refere-se ao projeto de mestrado anteriormente citado. Tendo embasamento nos teóricos referenciados e nas pesquisas em andamento no R Quilombo Volta Miúda, constata-se, nos resultados parciais, algumas observações. Para as séries iniciais do Ensino Fun uma escola municipal, que funciona de 1º ao 5º ano (Segundo dados do Censo Escolar – MEC/2009 atualmente existir escolas em áreas Remanescentes de Quilombos no Brasil). Com relação ao Ensino Médio, os alunos são direcionados estaduais do município, sendo, portanto, atendidos pela modalidade de ensino regular. Nota-se, que, assim como em o país, a educação quilombola ainda está em processo de estruturação.

A Educação Escolar Quilombola nessa comunidade ainda não segue integralmente as Diretrizes Curriculares N Educação Escolar Quilombola[iii], tampouco as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental[iv]. Verif que há necessidade de profissionais qualificados para garantir que essas modalidades de ensino sejam embasadas r legislação específica que aborda sobre as mesmas, pois as propostas pedagógicas e a construção do currículo para precisa ser fundamentado nos conhecimentos, informações e sabedorias tradicionais considerando suas origens e raízes Com relação à questão ambiental, verifica-se diversas dificuldades relacionadas, por exemplo, à monocultura do e produção de madeira e celulose. A comunidade está localizada numa área de Mata Atlântica e nas suas proximidades lic plantação de eucalipto circundando o seu território, problemas como diminuição e esgotamento de alguns mananciais q mesmo, além de empobrecimento do solo. Diante disso, os questionamentos: como tentar solucionar essas dific promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental da comunidade através da educação?

Nessa conjuntura, analisar ações que viabilizem a preservação dessas comunidades é relevante, porquanto as mesmas sua cultura valorizada por meio das suas práticas tradicionais e ancestrais, além da importância do resgate da memória que são fundamentais na construção da história do povo brasileiro – sem que essas práticas precisem ser modificada para atender aos processos de modernização da sociedade.

REVISÃO LITERÁRIA

O arcabouço teórico no qual se embasa a ideia de sustentabilidade e comunidades tradicionais tem incentivado pes campo acadêmico, quanto em políticas públicas direcionadas à questão educacional e ambiental.

Nesse contexto, quando se analisa os conceitos ligados ao desenvolvimento sustentável, verificam-se pontos de vista respeito desse tema. Segundo Diegues (2007), é necessário resgatar o conceito de sustentabilidade ligado ao de bem-e de vida das comunidades e sociedades humanas. Nesse sentido, a sustentabilidade, ainda que inicialmente formulada to

parâmetro os ecossistemas e seus processos (UICN/PNUMA/WWF, 1980) é um conceito plurifacetado que envolve sociais, econômicas e políticas. O autor destaca também que a definição mais conhecida desse conceito é o da Comissão (Nosso Futuro Comum, 1987), segundo a qual o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades e não comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas. (Diegues, 2007). Partindo desse pressuposto um dos suportes do desenvolvimento sustentável é a seu embasamento ecológico. Esse embasamento ecológico traz consciência ecológica de preservação dos recursos naturais e ecossistemas.

Para Pelicioni e Philippi Jr. (2005) a ecologia em si mesma não daria conta dos problemas ambientais, no que concern minimização dos mesmos, pois seria necessária, a priori, uma mudança da sociedade através da educação que, com causaria modificações nos hábitos e valores individuais e sociais. Nesse sentido, salientam que a Educação Ambiental ter alcance na década de 1980) contribui para mudanças de posturas, preparando o cidadão para criticidade e, desenvolver ações na sociedade visando transformações no sistema, viabilizando o desenvolvimento incondicional (Pelicioni e Philippi Jr. ainda afirmam que

No entanto sabe-se que a consciência ecológica não garante uma ação transformadora. Para que a educação ambiental precise que conhecimentos e habilidades sejam incorporados, e que principalmente atitudes sejam formadas a partir de de justiça social, pois são essas atitudes que predispõe a ação. Pelicioni e Philippi Jr. (2005, p. 5-6)

A respeito desse assunto, compara-se a colocação de Diegues (2007) destacando que no relatório da Comissão Br Futuro Comum, 1987) introduz uma dimensão ética e política, ausente em algumas propostas anteriores: o desenvolvimento processo de mudança social, que implica transformações das relações econômicas e sociais.

Nessa situação, para Adorno (1995) é através da educação que o ser humano pode atingir a consciência crítica, o e passar por um processo de emancipação humana, atributos essenciais para se tornar um cidadão. Partindo dessa perspectiva aqui a educação, não apenas como escolar, mas outras formas educativas que contribuam na construção do cidadão e da população para se atingir a cidadania. Sobre esse argumento, Saviani (1994, p.158) aponta algumas contradições do processo "E muito comum hoje afirmar-se que a escola é uma das formas de educação, uma entre muitas e, entre estas, não Educa-se através de múltiplas organizações, não apenas através da escola. Educa-se, por exemplo, através dos partidos, das associações dos mais diversos tipos, através dos clubes, do esporte, dos clubes de mães. Educa-se através da convivialidade do relacionamento informal das pessoas entre si. (In. FERRETI, Celso João. et al. Novas técnicas e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.)

Pode-se verificar essa educação não-formal, de acordo com Gomes (2007, p. 23) também, através do currículo envolvendo saberes relacionados aos padrões socioculturais são transmitidos de modo informal admitindo o reconhecimento de determinado grupo social.

Deste modo, a educação sendo mediadora e dialógica, segundo Freire (2005), promove a liberdade e autonomia dos sujeitos no processo educacional, de maneira que haja ação-reflexão e que os mesmos se insiram criticamente na realidade das massas populares – oprimidos – precisam de uma pedagogia diferenciada, humanista e libertadora, na qual eles possam não receptores no processo educativo.

Igualmente, destaca-se nessa grande "massa de oprimidos", as comunidades tradicionais, como as comunidades quilombolas ou quilombos contemporâneos que, majoritariamente, estiveram à margem do processo de educação. Entretanto, os saberes tradicionais que essas comunidades carregam estão relacionados às suas práticas de pertencimento ao território, de respeito à natureza, entre outros, que os caracterizariam como comunidades sustentáveis. Moura (2007), os quilombolas buscam atualmente estratégias de desenvolvimento sustentável, tentando deixar para trás a agricultura de subsistência e tendo a crença que podem coexistir com os costumes e valores da sua ancestralidade. Conforme a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007) esses povos e comunidades "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição".

De acordo com Moura (1993) e Munanga e Gomes (2006) os remanescentes quilombolas no Brasil (reconhecidos e reconhecimento pela Fundação Palmares) são uma prova da resistência ao sistema escravista e também, uma tentativa da cultura afro-brasileira e africana. Muitas dessas comunidades resistem até os dias de hoje, e encontram-se alheias à vida urbana ou não. Uma vez que se localizam no campo ainda preservam sua cultura tradicional.

Segundo Romão (2002) vários movimentos, ligados ao Movimento Negro, com caráter político, sob a forma de projetos e propostas pedagógicas, vem buscando soluções para a problemática da opressão e da invisibilidade do negro e de sua cultura na sociedade.

Conforme Munanga e Gomes (2006) foi dado um grande passo no sentido de valorizar a cultura dos afrodescendentes

dos mesmos no processo de formação territorial e cultural brasileiro. Nesse contexto, ficou estabelecida na Lei 10639/2003 e na Lei 9394/1996 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras na Educação Básica, e ainda foi aprovado em março de 2004 o parecer e o projeto de Resolução sobre "Diretriz Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e recentemente, em 2011, foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. A educação escolar quilombola deve ter como referência valores sociais, culturais, históricos e econômicos dessas comunidades. A escola deverá se tornar um espaço educativo que efetive o diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade: desenvolvimento sustentável, o trabalho, a cultura, a luta pelo direito à terra e ao território". (DCNEEQ, p. 13)

Para Guanaes (2004) é necessário compreender que as comunidades quilombolas sobrevivem dos recursos da natureza: se reproduzem economicamente e socialmente. Nessa perspectiva,

"Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais: a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e simbologias, a manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais." (Guanaes, 2004 apud Diegues, 1996) p. 267.

Ao analisarmos a questão da Educação Ambiental no Brasil, verifica-se que as propostas de inclusão da mesma nos sistemas formais e não formais, estão estabelecidas pela legislação brasileira por meio, por exemplo, das diretrizes contidas na Lei 27.04.99, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 2001. Destarte, de acordo com a proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental

"As legislações educacionais regulamentadoras (tais como decretos, resoluções e portarias) ainda não explicam, na prática, a abordagem desta temática nos estabelecimentos de ensino, nem prescrevem os princípios, diretrizes pedagógicas para o seu trato transversal nos níveis e modalidades da educação".

Ainda, de acordo com essa proposta, as modalidades, além de observarem os níveis de ensino, devem observar diretrizes específicas propostas pelo PNE (Plano Nacional de Educação). Deste modo, a Educação Quilombola tem características especiais relacionadas à questão ambiental e sustentabilidade embasadas neste parecer.

Nesse contexto, para Reigota (2005), a Educação ambiental é essencial para trabalhar a sustentabilidade, à medida que as ações ambientais sejam relacionadas com a participação de grupos sociais procurando opções para resolver tais problemas: essencial a participação popular na concretização dos planejamentos ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivenciamos nos últimos anos algumas mudanças de paradigmas no que concerne a promoção da igualdade e diversidade nas instituições educacionais brasileiras, bem como inserção de disciplinas no currículo (parte diversificada) ligadas àqueles temas. Esses temas aparecem, comumente, em razão das exigências e orientações dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) aos temas transversais, aqui destacados: Meio Ambiente e Pluralidade Cultural.

A educação escolar, enquanto promotora do acesso à cidadania, deve primar, também, pela valorização das diversidades culturais em sala de aula, bem como proporcionar o exercício da cidadania com ações que viabilizem melhoria das condições ambientais e econômicas. É nesse sentido, que a legislação brasileira tem tomado novos rumos em relação às propostas: diretrizes orientadas às diferentes modalidades e níveis de ensino, especialmente em relação à Educação Escolar Quilombola e Educação Ambiental.

Pensar estratégias que objetivem a eficácia das leis educacionais nas instituições escolares, principalmente em relação à educação, como ambiental, quilombola, indígena e do campo, é refletir sobre mudanças pedagógicas que visem a valorizar e respeitando suas particularidades.

Para superar as dificuldades de implementação dos princípios e diretrizes direcionadas às comunidades remanescentes de quilombos acredita-se que sejam necessárias sinergias entre o poder público federal, estadual e municipal, no que diz respeito à formação continuada e capacitação de educadores, ampliação e melhoria da estrutura física das instituições educacionais locais e das comunidades, além da obtenção de materiais didáticos-pedagógicos especiais. Recursos financeiros, oferecidos pela Educação, têm sido destinados anualmente para atender essas necessidades, mas observam-se problemas em relação à efetivação das ações propostas.

Nesse sentido, entende-se que através das considerações discutidas nesse estudo, é mister visar ações sinérgicas envolvendo atores, públicos, privados e ONGs, com o intuito de valorizar a questão educacional nos remanescentes quilombolas. A questão ambiental, de modo que a conjugação de esforços coletivos contribua para a sustentabilidade dessas comunidades e contribua para a valorização do modo de vida das mesmas.

REIGOTA, Marcos; SANTOS, Rosely Ferreira dos. **Responsabilidade social da gestão e uso dos recursos naturais na educação no planejamento ambiental**. In: **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias**. In: FERRETTI, Celso J.; ZIEGLER, L.; MADEIRA, Felicias R.; FRANCO, Maria Laura P. B. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-168.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Educação Quilombola**. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoquilombola>. Acesso em 10/06/2015.

[i] O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 assegurou a titulação remanescentes de quilombos.

[ii] De acordo com informações da SEPLAN objetivando identificar prioridades temáticas definidas a partir da possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com o sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar.

[iii] A Educação Escolar Quilombola foi inserida como modalidade da Educação Básica no Parecer CNE/CEB 07/2010 CNE/CEB 04/2010, que instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica.

[iv] Resolução Nº 2 do Conselho Nacional de Educação que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

[v] Criada pela ONU, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento recomendou em 1987 uma nova declaração sobre a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável - o Relatório Brundtland, que foi publicado com o título "Comunidade Humana".

[vi] Atualmente, podemos conceituar Quilombos Contemporâneos como comunidades negras rurais habitadas por descendentes de africanos escravizados, que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, de culturas de subsistência, e não comprada ou ocupada secularmente pelo grupo. (MOURA, 2007, p.10)

Pós-Graduanda no Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional pela Faculdade Vale do Cricaré – FVC – São Mateus. Professora de Geografia do Centro Educacional Professor Rômulo Galvão – Secretaria de Educação da Bahia. gizzelledias@hotmail.com

[1] Orientador: Professor Dr.º Damian Sanchez Sanchez colaborador do Mestrado Profissional em Gestão Social e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré – FVC – São Mateus. damianppge@gmail.com

Recebido em: 19/07/2015

Aprovado em: 20/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: